Faixa de Fronteira em Mato Grosso — A Delegacia do S. P. U. em Mato Grosso transmitiu cópia do «título definitivo de propriedade» concedido pelo Governo do Estado a um particular na faixa de fronteira, pertencente a União. Pede esclarecimento quanto a existência de decisão judicial sobre as terras.

II — Não só em Mato Grosso, como no Paraná, tem sido posta em dúvida pelas autoridades locais, a propriedade da União sobre a faixa de fronteira. Para dirimir tais questões a União se tem dirigido, em vão, ao governo desses Estados, protestando pelo reconhecimento de seu direito dominial. No que concerne aos Estados de Mato Grosso e Paraná, e na conformidade dos pareceres da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, a Exposição de Motivos nº 113-A, de 14 de abril de 1954 deste Ministério propôs a promoção de acordo entre a União e os Governos de Mato Grosso e Paraná, para regular a distribuição

das terras situadas na faixa de 66 quilômetros ao longo das fronteiras, reservando-se a União o direito de decidir quanto as concessões, bem assim, a imediata regulamentação do Decreto-lei nº 9.760, de 1946, cujo anteprojeto se encontra no Ministério da Fazenda. Compete ao Poder Judiciário o controle da constitucionalidade das leis. É função eminentemente instituída no direito norte-americano e reproduzida, há muito, nas Constituições brasileiras, e, mais recentemente, em grande número das Nações cultas. (V. RUY BARBOSA, *Colletânea Juridica*.) Do mesmo passo, cabe aquêle Egrégio Pretório processar e julgar ordinariamente as causas e conflitos entre a União e os Estados (art. 101, nº I, letra e da Constituição). Em análogo dispositivo se baseou Eptácio Pessoa, quando Procurador Geral da República, para reivindicar e ver reconhecido o direito da União aos terrenos de marinha, disputados por alguns Estados, como terras devolutas. Afigura-se, pois, que oportunamente igual caminho poderia ser seguido pelo Governo Federal, notadamente em face da Lei do Estado de Mato Grosso, de que dá conta o processo.

III — Afigura-se necessário promover a declaração da nulidade da concessão estadual, e, logicamente, da sua transferência. Para fazer valer seus direitos, está aberta à União a via judicial, através do Ministério Público Federal. Em pronunciamento datado de 29 de setembro de 1949, e recentemente recordado («O Jornal», de 10 de fevereiro de 1963), o Consultor Geral da República, citando voto de obscuro signatário deste, no Tribunal Superior Eleitoral, assim se expressou:

«Execução das leis federais aos estados. Preeminência das leis federais promulgadas segundo os preceitos constitucionais. Competência precípua do Executivo da União para execução das leis federais. Não cumprimento pelas autoridades estaduais. Ação do Executivo da União, segundo a hipótese, através das autoridades federais, inclusive militares, e por intermédio do Ministério Público Federal, junto às autoridades administrativas e judiciárias do Estado. Constituições de 1891, arts. 6º, 4º, 14 e 18, 3º e 4º; de 1946, arts. 7º, 83, 87, I, 91, II e 177; Decretos ns. 848, de 1890 e 10.902, de 1914; Decretos-leis ns. 896, de 1938 e 9.608, de 1946; Código Penal, arts. 319 e 320».

«Cabe, portanto, ao Ministério Público Federal, pelo Procurador Geral da República ou pelos Procuradores da República, autoridades federais nos Estados, requerer as providências administrativas e judiciárias que forem necessárias para que se cumpra no Estado a lei federal em causa. Cabe-lhe, também, agir contra funcionários estaduais ou municipais que não dêem execução, no campo de suas atribuições, às leis federais. E, em verdade, tais funcionários locais, que se furtarem ao cumprimento dos preceitos das leis federais, incorrem não só nas sanções das leis administrativas, senão, também, nas sanções penais, em particular nas estabelecidas no Código Penal para os crimes, (artigos 319 e 320), de prevaricação e de condescendência criminosa.»

IV — A Justiça Federal tem dado irrestrito apoio a União, na reivindicação do domínio sobre as terras das fronteiras. Ainda recentemente o Supremo Tribunal Federal pronunciou-se no mesmo sentido. Não tem este Serviço, todavia, notícia da existência do julgado referente às terras a que se refere o ofício de fls. Sobre o tema, a própria Delegacia oficiante estará em melhores condições de apurar os fatos, ou diretamente ou por intermédio da Procuradoria da Fazenda Nacional. Isto pôsto, restitua-se o processo à Delegacia regional, recomendando-lhe que se dirija à Procuradoria da Fazenda pedindo-lhe informações sobre a existência de decisão judicial referente às terras

em aprêço e, caso contrário, solicite-lhe a promoção dos meios judiciais cabíveis para a anulação das concessões de terras, à revelia da União, a quem pertencem. Em 18 de novembro de 1964. — *Francisco Sá Filho*, Diretor. — (Processo nº 231.913-64).